



História Viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007, 159p. RÜSEN, Jörn.

Ms. Rogério Chaves da Silva
 Instituto Federal de Educação, Ciência e
 Tecnologia do Tocantins – Campus de Paraíso do Tocantins
 E-mail: rcmc26@bol.com.br.

Parafraseando Chartier¹, “Tempo de incerteza”, *epistemological crisis*, *tournant critique*, este é o clima de insegurança que permeou o *habitat* dos historiadores, desde a crítica narrativista ocorrida nos anos 1960 e 1970. Nesse quadrante histórico, antigas certezas foram abaladas, a objetividade da ciência histórica, a validade geral do conhecimento, baseada na relação com a experiência do passado e na racionalidade no trato cognitivo dessa experiência, foi posta em cheque. Assumir que o conhecimento histórico, em princípio, é constituído por uma narrativa, fez-nos pisar em terreno epistemológico movediço.

Essa crise epistemológica teve como ponto nevrálgico a concepção moderna de ciência, sustentada por grande parte da comunidade dos historiadores. Estribados no conceito de ciência sedimentado durante o século XIX, esses especialistas acabaram relegando a escrita da história a uma posição secundária, elegendo a pesquisa como operação determinante para a constituição da história como ciência. Neste ínterim, a crítica narrativista fez com que a relação entre pesquisa e escrita da história fosse visualizada sob outro prisma teórico. A partir da repercussão dos trabalhos de Hayden White, maior representante do chamado *Linguist Turn*, e mais recentemente, de autores como Frank Ankersmit, houve uma espécie de inversão no modo tradicional de conceber o problema da relação entre pesquisa e escrita da história: o relevo destinado à escrita em detrimento da pesquisa. Dentro dessa nova concepção, o texto histórico passou a ser considerado um artefato lingüístico, elaborado segundo princípios literários e ligado unicamente às estruturas da narrativa. Para esses autores, denominados de narrativistas, não haveria como representar o passado em sentido epistemológico, visto que a história seria sempre uma construção pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como narrador, portanto, epistemologicamente frágil. Haveria, então, uma autonomia da narrativa face aos enunciados singulares nela contidos. A formulação de tais enunciados obedeceria aos resultados da pesquisa empírica, mas a força

¹ CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Revista Estudos Históricos**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.

relativa deles no interior da totalidade narrativa seria minimizada pelo fato de que se aceita que, um mesmo conjunto de tais enunciados, pode ser mobilizado por perspectivas de interpretação diferentes e até mesmo conflitantes. Sendo assim, a ênfase na autonomia da narrativa resultaria numa secundarização da tarefa da pesquisa.

Nesse proscênio de crítica é que a teoria de Jörn Rüsen demonstrou sua vitalidade, pois a partir de um complexo sistema conceitual, buscou respostas para o problema da relação entre a pesquisa e a escrita da história. Em Rüsen, as proposições narrativistas não são refutadas em sua totalidade, e sim, em certa medida, incorporadas a sua elaboração teórica. Isso não significa, contudo, que a regulação metódica perca sua validade, pelo contrário, a metodização é reforçada enquanto princípio diferenciador da ciência da história de outras modalidades do pensamento histórico. A preocupação em refletir sobre as especificidades narrativas do texto historiográfico não o conduziu à perspectiva de reduzir o discurso histórico a aspectos literários, mas à possibilidade de reabilitar a idéia de narratividade conectada aos procedimentos metódicos da pesquisa.

Na teoria da história de Rüsen, as operações metodológicas continuam sendo elementos essenciais para a validação do caráter científico da história. Não obstante, discutir método não significa somente problematizar as regras formais da pesquisa histórica. O desafio situa-se, sobretudo, na compreensão da significação cultural do passado “atualizado”, pois toda pesquisa histórica desenvolve-se a partir de um questionamento ao passado, legado nas fontes e que corresponde, em parte, a um interesse de ação sociocultural humana do presente, em busca de orientação temporal. O problema que se coloca, então, é o da compatibilização entre método e sentido, entre “pretensão de validade científica” e “intenção de produzir efeito”. Para compreender essa mediação, é necessário assumir a importância da representação narrativa como parte constituinte do conhecimento histórico, pois a conexão entre a experiência humana do passado, extraída a partir da pesquisa, e as demandas por sentido requeridas pela vida humana do presente, somente se dá através da historiografia (produto intelectual narrativo construído por historiadores).

Essa conexão entre método e sentido é perquirida, verticalmente, por Rüsen em sua última obra da trilogia “Esboço de uma teoria história”², isto é, em “História Viva”, na qual examina a relação entre as formas de apresentação (especificidades da narrativa histórica) e as funções de orientação (“didática da história”) do pensamento histórico. A

² Esboço de uma teoria da história (Grundzüge einer Historik), composto pelas obras: Razão Histórica (Historische Vernunft), 1983, completado depois com Reconstrução do Passado (Rekonstruktion der Vergangenheit), 1986, e com História Viva (Lebendige Geschichte), 1989.

análise desses dois princípios do conhecimento histórico justifica a estrutura capitular dúplice do texto: “Tópica – formas da historiografia” (primeiro capítulo) e “Didática – funções do saber histórico” (segundo capítulo). A pretensão nuclear é demonstrar que esses princípios, embora pareçam esquivar-se da cientificidade própria do conhecimento histórico, não são externos à racionalidade típica dessa ciência que intitulamos de história. A “historiografia” e as “funções de orientação” são partes constituintes do pensamento histórico em sua modalidade científica, pois o conhecimento histórico não apresenta somente pretensões de racionalidade (viabilizada pela pesquisa), mas também de vivacidade, para que se tornem válidas àqueles que se alimentam desse saber.

Em “Tópica – formas da historiografia”, Rüsen aproxima-se dos narrativistas, pois acampa, em sua teoria, os recursos poéticos que cercam a escrita da história, mas, ao mesmo tempo, se distancia, ao discordar que a historiografia seja puro artefato estético, lingüístico, totalmente desvinculado da investigação metódica. A historiografia, apesar de calçada metodicamente, não se resume em facticidade pura, mas abriga em si caracteres poéticos e de cognição, comportando forma e sentido, que estão subsumidos nas definições de planos estético e retórico da historiografia. Para Rüsen, a dimensão estética da formatação historiográfica pode-se chamar de “coerência de beleza”, enquanto a dimensão retórica pode ser denominada de “coerência de eficácia”. Jörn Rüsen salienta ainda que o caráter histórico da narrativa historiográfica atribua-se à forma como o passado é interpretado, e como essa interpretação passa a ter uma função no universo cultural contemporâneo. Isso porque, ao “presentificar” o passado, a narrativa historiográfica liga sua constituição de sentido à experiência do tempo, de maneira que o estudo desse passado, convertido em texto, tenha significação para o quadro de orientação da vida prática, produzindo, assim, sentido histórico. Essa imensidão de formas possíveis de tornar presente o passado pode ser caracterizada através do conceito de “constituição histórica de sentido”. É neste construto categorial que se manifesta outra grande contribuição teórica de Rüsen: a edificação de uma tipologia da constituição histórica de sentido por narrativas históricas: as constituições históricas de sentido tradicionais, exemplares, críticas e genéticas³.

Em “Didática – funções do saber histórico”, Rüsen se aproxima da tradição da *Historik* de Droysen, recuperando a relação da práxis historiográfica com a racionalidade do

³ As constituições históricas de sentido segundo a tipologia de Rüsen: a *tradicional* (a totalidade temporal é apresentada como continuidade dos modelos de vida e da cultura do passado); a *exemplar* (as experiências do passado são casos que representam e personificam regras gerais da mudança temporal e da conduta humana); a *crítica* (permite formular pontos de vista históricos, por negação de outras posições); e a *genética* (diferentes pontos de vista podem ser aceitos porque se articulam em uma perspectiva mais ampla de mudança temporal, e a vida social é vista em toda sua complexidade).

público destinatário, ou seja, analisa a relevância das narrativas historiográfica à vida, admitindo que a dimensão orientadora de toda narrativa histórica está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de se manterem seguros e firmes no fluxo do tempo. Na ciência da história, as funções de orientação abrem possibilidades de construção e consolidação histórica de identidade, uma vez que orientam intelectualmente o agir a partir da recepção das narrativas históricas. Em suma, em Rüsen, o uso prático do saber histórico é efetivamente resgatado enquanto reflexão da teoria da história.

Em face do exposto, “História Viva” apresenta-se como um texto agudo quanto à elucidação da tenaz linha que une ciência especializada e vida prática. E assumir essa ligação não significa atenuar os índices de cientificidade do pensamento histórico, significa assumir que a subjetividade não precisa ser reprimida, e sim ordenada e admitida de forma adequada e compatível com a cientificidade do conhecimento histórico. Contrariamente ao que o objetivismo estreito legou à ciência da história, Rüsen demonstra que a regulação metódica não inviabiliza o trabalho de produção de sentido a que também está revestido o conhecimento histórico.